



## TRAJETÓRIAS DA CONSTRUÇÃO DAS DIRETRIZES CURRICULARES DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO NO INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA – IFSC – CÂMPUS SÃO MIGUEL DO OESTE

### EXPERIÊNCIAS SOBRE INTEGRAÇÃO CURRICULAR, PROJETOS INTEGRADORES E OFICINAS DE INTEGRAÇÃO NOS CURSOS TÉCNICOS INTEGRADOS SÃO MIGUEL DO OESTE

Idianes Tereza Mascarello<sup>1</sup>

Diego Nones Bissigo<sup>2</sup>

Lorilei de Moraes Gulgemim<sup>3</sup>

Com a aprovação da Lei 13.415/2017 que trata sobre a reforma do Ensino Médio, são estabelecidas as bases para o Novo Ensino Médio. Pelissari (2023) sinaliza que as alterações feitas no Ensino Médio produziram transformações também na Educação Profissional e Tecnológica, não tendo ficado restritas ao currículo da formação geral, inclusive induzindo outra reforma educacional, denominada de Reforma da EPT. Em janeiro de 2021, a Resolução CNE/CP Nº 1 que definiu as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica entrou em vigor, acalorando ainda mais as discussões sobre a reforma e seus impactos para os Institutos Federais de Educação. A Rede Federal de Educação, por sua vez, possui suas próprias legislações, haja vista que a Lei nº.11.892 criou os Institutos Federais, fortalecendo ainda mais sua identidade, concepção, organização, seus limites e possibilidades na oferta do Ensino Médio Integrado. Diante do cenário de reforma das políticas públicas educacionais, os Institutos passam a manifestar seus posicionamentos em relação aos rumos que a Lei 13.415/2017, o que vai implicar na reorganização curricular da instituição. O presente resumo tem por objetivo socializar a trajetória percorrida pelo Instituto Federal de Santa Catarina, câmpus São Miguel do Oeste, dentro de um recorte histórico de 2020 a 2024, quando passa a discutir e organizar suas próprias diretrizes curriculares. Como recurso metodológico,

<sup>1</sup> Pedagoga e Coordenadora Pedagógica no Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC), câmpus São Miguel do Oeste, idianes.mascarello@ifsc.edu.br.

<sup>2</sup> Docente e chefe do Departamento de Ensino, Pesquisa e Extensão (DEPE) do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC), câmpus São Miguel do Oeste, diego.bissigo@ifsc.edu.br

<sup>3</sup> Docente de Português e coordenadora do Núcleo de Implementação da Política de EJA-EPT (Nupeja) do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC), câmpus São Miguel do Oeste, lorilei.moraes@ifsc.edu.br



descrevemos, em forma de relato, a experiência desenvolvida pelo câmpus. A construção das diretrizes para os Projetos Pedagógicos Curriculares - PPCs dos cursos técnicos integrados começaram formalmente a serem debatidas no ano de 2020. O trabalho foi interrompido pela pandemia da Covid-19 e retomado em 2022, quando, na ocasião, foi realizado um relato de experiência no I Encontro do Ensino Médio Integrado do IFSC, realizado em Chapecó, SC. Àquela altura, um grupo de trabalho delineava diretrizes para a reformulação dos PPCs do câmpus. Cabe contextualizar que a oferta de cursos integrados começou em 2011, com o técnico em Agroindústria, de quatro anos, vespertino. Esse primeiro projeto apresentava vários aspectos/pontos positivos, mas a proporcionalidade das unidades curriculares era bastante assimétrica e essa questão foi corrigida na revisão de 2015 na qual a formação geral recebeu uma padronização, garantindo no mínimo 120 horas de atuação no Ensino Médio Integrado, que passou a ser em 3 anos, 3360 horas totais e 28 horas semanais, cinco turnos e dois contraturnos. A fórmula foi repetida para os integrados em Agropecuária, turma 2016 e em Eletromecânica, turma 2017. Em 2019, já sendo implantados três cursos Alimentos, que era chamado de Agroindústria, Agropecuária e Eletromecânica, foi realizado um levantamento com servidores, estudantes e pais que, resumidamente, manteve a opção pelos três anos de curso, mas solicitava maior flexibilidade curricular e apontava para a necessidade da interdisciplinaridade. Cabe lembrar que na mesma época a “reforma” do Ensino Médio estava em plena projeção no cenário nacional e a ideia de projetos de vida, de permitir escolhas aos estudantes estava em alta assim, considerando algumas dessas questões legítimas, o câmpus estabeleceu em 2020 um grupo de trabalho para elaborar diretrizes aos cursos técnicos integrados. Após a pandemia da Covid-19, os trabalhos retornaram e entre 2022 e 2023 foi realizada a maior parte das reuniões e discussões. Após o encontro de Chapecó, as diretrizes tomaram uma forma final e, a partir de junho de 2023, foram apresentadas ao corpo docente e ao corpo discente do câmpus. Os docentes foram convocados pela chefia do DEPE para uma reunião em 28 de agosto de 2023, havendo a dispensa das aulas no período vespertino para que todos os servidores pudessem participar. Naquela sessão, integrantes do Grêmio Estudantil também foram convidados. Após a discussão, foram levantados pontos de melhoria, analisados pelo GT e formalizados em nova minuta. Esse novo documento foi então disponibilizado ao corpo discente. Em 20 de setembro de 2023, nos três turnos de funcionamento do câmpus, os estudantes foram reunidos no auditório, buscando abranger a totalidade dos matriculados em cursos regulares. Naquela ocasião, foi apresentada uma versão sintética produzida em slides do Código de Convivência Discente, que também estava em fase de consulta.



pública, e para os cursos integrados diurnos foram apresentadas as propostas para o futuro desses mesmos cursos, também na forma de slides que buscavam, de forma bastante simplificada, indicar para cada principal mudança “como é” e “como ficará”. Dessa forma, sem que perdessem a atenção, puderam obter um panorama das modificações pretendidas e, ao final dos slides, estavam os links para acessar a minuta completa e o formulário para coleta de opiniões de cada turma. As semanas seguintes foram de acompanhamento dessas turmas e de coleta das opiniões. O GT que havia sido composto inicialmente sem a presença de discentes - e isso também se justificava pela grande dificuldade de harmonizar os horários deles com o dos vários servidores - acabou projetando na minuta das diretrizes anseios e desejos que nem sempre se concretizaram junto ao corpo discente. A alteração de número de contraturnos foi um exemplo: o GT imaginou que o primeiro ano poderia ter três contraturnos; o segundo ano, dois e o terceiro ano, apenas um, permitindo maior dedicação aos projetos integradores, à preparação para o ingresso ao ensino superior e a outros projetos pessoais e familiares dos estudantes. A maior parte do corpo discente, no entanto, apontou que o impacto da formação oferecida pelo IFSC no primeiro ano é muito grande, considerando-se a heterogeneidade de nosso público, advindo de inúmeros municípios vizinhos, com *backgrounds* escolares e familiares distintos. Argumentaram, a partir de seu ponto de vista, que o primeiro ano é decisivo para a permanência ou evasão do Instituto, e que uma carga horária semanal de 32 horas não seria adequada para a finalidade da permanência e do êxito desses estudantes. Mais uma vez o GT se reuniu e, analisando as proposições dos estudantes, formulou sua minuta final, que foi encaminhada à reunião do Colegiado do Câmpus de 12 de dezembro de 2023. O GT compreendia que a chancela do colegiado seria importante para oficializar as diretrizes, no entanto, o que ocorreu é que a maior parte dos conselheiros não havia participado da discussão e ficou em dúvida sobre a proposta. Os detalhes minuciosos, que foram amplamente discutidos pelos coletivos e pelo grupo de trabalho, escapavam ao conhecimento da maior parte dos representantes eleitos daquele órgão. De fato, quando se trata de currículo, o campo de debates e disputas é quase interminável: as próprias concepções de educação, a interpretação sobre a missão institucional, e até mesmo os apegos e valores pessoais em relação a uma suposta dicotomia de conhecimentos teóricos e práticos, concretos e abstratos, gerais ou profissionalizantes, ainda perpassou em cada momento de discussão e reescrita da minuta. De modo geral, os atores da educação em nosso câmpus consideram que a formação integral do cidadão é um objetivo maior a ser atingido, mas o que isso significa e como se manifesta no estudante é objeto de contínuo debate. Longe de ser uma característica negativa, essa discussão reflete o profundo



comprometimento dos colegas com a formação humana, mas também evidencia a lacuna de compreensão em relação ao debate de uma educação verdadeiramente integrada. Quanto à questão levantada envolvendo o colegiado do câmpus em si, ficou entendido que a discussão seria retomada em 2024 e, de fato, iniciamos o ano letivo nessa direção, mas aqui cabe lembrar que o grupo de trabalho estabelecido na Proen já caminhava há mais de um ano na mesma direção. Acompanhamos a discussão nesse GT central e, sempre que possível, adaptamos previamente nossa proposta às diretrizes que seriam postas como gerais, caso aprovadas. Ademais, a nova configuração política a partir de 2023 também gerou expectativas em muitos campos da educação, especialmente pela “abolição” da dita reforma do Ensino Médio, ou ao menos a “reforma da reforma”. Em 2024, portanto, diante do contexto de interrupção do calendário letivo e do avanço da minuta do GT geral, inclusive com a visita dos servidores da Proen ao câmpus no mês de abril, optamos por aguardar o desenrolar do processo e a realização do II Encontro do Ensino Médio Integrado. O relato aqui apresentado sinaliza potencialidades, mas também urgências. Dentre as potencialidades, têm-se a do debate, da pluralidade de vozes, de não conformidade com os projetos que já “rodam” em nosso Instituto, de constante aperfeiçoamento e atualização. No entanto, as urgências não podem ser desprezadas: o tempo decorrido nessa discussão é excessivamente longo; ele reflete as instabilidades políticas do país, a falta de um projeto sólido para a educação brasileira, e mesmo alguns elos frágeis na estrutura do IFSC, em que, diante da falta de diretrizes gerais, os câmpus produzem projetos próprios, com poucos espaços formais de discussão e compartilhamento de experiências, cada qual em sua jornada de tentativa e erro, revelando falta de coerência e identidade institucional, justamente em um tipo de oferta que é basilar para a proposta dos Institutos Federais. Concluímos que, num cenário de implementação da reforma do Ensino Médio de 2017, os Institutos Federais estão sendo impactados no que tange à organização curricular, a manutenção da identidade que foi historicamente sendo construída pelo coletivo, bem como pela defesa da concepção e fundamentos do Ensino Médio Integrado, denominados por Ramos (2008) como sendo: a omnilateralidade, a indissociabilidade entre educação profissional e educação básica e a integração de conhecimentos gerais e específicos como totalidade.

#### Referências:

BRASIL. **Lei nº 11.892**, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 30 dez. 2008, Seção 1, p.1. Disponível



em:

<https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=11892&ano=2008&ato=421MzYU5UNRpWTc62>. Acesso em 12 out. 2024.

**BRASIL. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017.** Altera a Lei n º 9.394, de 20 de dezembro de 1996 e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 17 fev. 2017. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm). Acesso em 08 out. 2024.

**BRASIL. Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021.** <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-cne/cp-n-1-de-5-de-janeiro-de-2021-%20297767578>. Acesso em 10 out. 2024.

PELISSARI, Lucas Barbosa. A reforma da educação profissional e tecnológica no Brasil: 2016 a 2021. **Educação em revista** (online), v. 39, p. 1, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/tNfT7jkd4WfXGDtYQWrFghf/>. Acesso em 10 out. 2024.

RAMOS, Marise. Concepção do Ensino Médio Integrado. **Texto apresentado em seminário promovido pela Secretaria de Educação do Estado do Pará**, 08 e 09 de maio, 2008. Disponível em: [http://forumeja.org.br/go/sites/forumeja.org.br.go/files/concepcao\\_do\\_ensino\\_medio\\_integrado5.pdf](http://forumeja.org.br/go/sites/forumeja.org.br.go/files/concepcao_do_ensino_medio_integrado5.pdf). Acesso em 12 out. 2024.